

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E DE TURISMO: COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DESSA RELAÇÃO

Roberta Celestino Ferreira ¹

Wilza Gomes Reis Lopes ²

Ângela Araújo Gomes ³

Resumo

As discussões envolvendo as políticas públicas de lazer no Brasil são, sobretudo, novas e se intensificam na medida em que há um crescimento da demanda populacional, motivada pela organização de determinados setores da sociedade que, inspirados na idéia do lazer como um direito social, reivindicam dos poderes públicos ações que atendam essa realidade. Essa transformação complexa da sociedade, impulsionadas pela tecnologia implica, muitas vezes, na diminuição dos direitos sociais e da cidadania. O turismo se mostra como opção de lazer, contribuindo para a qualidade de vida e gerando emprego e renda, proporcionando a diminuição da desigualdade social. Adotando como metodologia a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Lazer, Turismo.

1. Introdução

A palavra lazer vem, a cada dia, ocupando um espaço maior na discussão acerca do seu significado e das suas funções sociais. Visualizando sua etimologia, a palavra lazer vem do verbo latino “licere”, que segundo Larizzatti (2005) pode ser interpretado por lícito, legítimo, correto, próprio, por extensão, livre e espontâneo. Sendo que é desse verbo latino que vêm os vocábulos correspondentes em francês “loisir” e em inglês “leisure”. Já em Espanhol é usual a expressão “tiempo libre”, por dar o exato significado de lazer.

Os principais trabalhos e conceitos sobre o lazer no Brasil fundamentam-se nas acepções teóricas do sociólogo francês Dumazedier (1973, p. 34) que define lazer como:

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPI, Brasil. E-mail: robertacelestino_the@hotmail.com

² Departamento de Construção Civil e Arquitetura, DCCA/UFPI, Brasil. E-mail: wilzalopes@hotmail.com

³ Faculdade Piauiense - FAP. Teresina-PI, Brasil. angelaagomes@hotmail.com

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Embora Dumazedier tenha se transformado na principal fonte de pesquisa sobre o assunto, é alvo de constantes críticas, por limitar o lazer à prática de determinadas atividades e situá-lo como sendo um conjunto de ocupações, opondo-se às necessidades e obrigações cotidianas. Nessa perspectiva, Gomes (2004, p. 121) diz que: “Trabalho e Lazer possuem diferentes caracteres, mas fazem parte da mesma dinâmica social, estabelecendo relações dialéticas”.

No Brasil, o lazer é definido por seus estudiosos, como sendo um tempo livre ou conquistado que tem como finalidade compensar o homem por seu trabalho, modo físico e psíquico. Contudo, para que isso ocorra é preciso que sua escolha seja pessoal, livre, desinteressada e principalmente que seja prazerosa. Nesse sentido, entende-se tempo livre como sendo a liberação do tempo de trabalho, obrigações domésticas, religiosas, escolares, entre outras. As atividades de lazer são desenvolvidas nesse tempo livre, embora nem tudo que o homem realize nesse período possa ser considerado lazer, pois pode não envolver prazer, vontade própria ou algo do gênero.

Assim, para que haja lazer é preciso disponibilidade de tempo, podendo este ser diário, semanal, ou de longa duração (férias ou aposentadoria), mas a forma preferida depende da rotina e o desgaste físico e mental de cada um.

Ao considerar lazer como a “[...] ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que o vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”, Requixa (1980, p. 35) segue a mesma linha de raciocínio de Dumazedier, evidenciando a liberdade de escolha e o prazer que o ser humano deve ter ao se deleitar em uma atividade de lazer, em oposição às necessidades e obrigações da vida.

Nesse sentido, Requixa (1980) procurou notabilizar a tese de que o lazer é um produto do próprio desenvolvimento industrial, com tendência a tornar-se mais importante, segundo o aumento do tempo livre dos trabalhadores. Este estudo apresenta, porém uma limitação crucial, pois na mesma direção de Dumazedier, Requixa considera a existência do lazer somente a partir da sociedade industrial. Dessa forma, a grande contribuição deste estudo consiste em que o mesmo dá os primeiros passos em direção a uma nova do problema do

lazer no Brasil, na medida em que ressalta que o tempo livre é um elemento indispensável no seu desenvolvimento.

Em consonância com Dumazedier, por exemplo, está o conceito de lazer de Camargo (1986, p. 97) que o define como um:

[...] conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Pelo que se pode notar a idéia de Camargo referente ao lazer também delinea o ponto de vista do autor francês Dumazedier, apesar da generalização deste conceito, que compreende as manifestações do lazer como inúmeras atividades (exceto as domésticas e as trabalhistas). Nesse contexto, Camargo (1986) aponta um elemento importante quando afirma que o lazer é uma conquista vinculada à jornada de trabalho/tempo livre.

Outro estudo que dá seqüência ao conceito originário de Dumazedier com certa ampliação é o de Marcellino (1983), que ratifica a idéia dumazediana em associar o lazer a uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória. Contudo, depois de rever seus conceitos sobre o tema, Marcellino (1987, p. 33) passa a entender o lazer como:

[...] a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de ocupação pela atividade prática ou contemporânea.

Ao entender o lazer dentro de uma perspectiva psicossocial, apresentando-o como um tempo livre, empregado pelo indivíduo na sua realização pessoal como um fim em si mesmo, Rolin (1989, p. 118) afirma que “[...] o indivíduo se libera à vontade do cansaço, repousando; do aborrecimento, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de forma intencional as capacidades de seu corpo e espírito”.

Mascarenhas (2001, p. 92) considera o lazer pode como “[...] um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia”. Observa-se a alusão à Revolução Industrial, pois com o aumento da produção e a

falta de tempo livre começaram as lutas para redução da jornada de trabalho, na Europa, no século XVIII, nos Estados Unidos no século XIX, e no Brasil no século XX.

Durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, uma série de medidas foi adotada, em benefício dos trabalhadores, que resultaram na diminuição da jornada de trabalho para oito horas, descanso remunerado nos fins de semana, férias remuneradas no fim de cada ano trabalhado, décimo terceiro salário, aposentadorias e trabalho para as mulheres. Momento em que a cultura passou a constituir um campo de produção humana em várias perspectivas, fluindo o lazer de diversas manifestações culturais.

Diante disso, verifica-se que o homem dispõe, na atualidade, de mais horas livres, destinadas ao lazer. O descanso e o divertimento compensam a luta diária pelo sustento e suavizam as dificuldades e preocupações do cotidiano, tornado a vida mais leve e fácil de levar, ajudando a recuperar energias gastas e a reconquistar o equilíbrio psicológico, muitas vezes perdido no estresse da vida moderna. Assim, com as atividades voltadas para o lazer o homem é compensado em suas capacidades físicas e psíquicas; contudo, para que isso ocorra é preciso que ele disponha de liberdade para escolher o que quer fazer com o seu tempo livre.

2. O lazer como instrumento de melhoria de qualidade de vida da comunidade

A cidadania se constrói com educação, alimentação, saúde, moradia, trabalho, direitos e deveres. Entretanto, o lazer também é fundamental para que os trabalhadores possam recuperar as energias despendidas no cotidiano profissional, pois lazer, esporte, saúde e integração social são ações que se complementam. Os benefícios daí decorrentes são percebidos e valorizados pela sociedade, pois implicam na melhoria da saúde, na diminuição do estresse, do absenteísmo, dos acidentes no trabalho, na disposição e integração entre os trabalhadores, além do resgate de valores e enriquecimento cultural.

No ambiente de trabalho, esses benefícios se transformam em produtividade e competitividade, bem como produzem trabalhadores mais felizes, participativos, cooperativos e com capacidade de respeitar as diversidades. O lazer melhora a qualidade de vida no sentido de um enriquecimento cultural, utilizando-se de um tempo diário de modo inteligente, fato que contribui para a melhoria da qualidade de vida no sentido biológico e social.

A família, a escola e todos os educadores têm papel determinante na iniciação da criança em atividades lúdicas e ativas de lazer, nas quais a freqüente contradição entre o ensino e a realidade necessita ser eliminada. Para Gaelzer (1985, p. 47):

Talvez a forma mais pura de educação para o lazer seja: ensinar a gostar de fazer coisas, não para apresentação exterior, e sim por satisfação; isto não é novidade, ensinar através do jogo e do brinquedo é provavelmente a melhor maneira conhecida de aprendizagem.

Segundo Marcellino (1987), só tem sentido falar em aspectos educativos do lazer, se esse for considerado como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, fornecedora de mudanças no plano social. A cultura, então, é uma condição para a existência humana, seu caráter dinâmico é percebido pelas interpretações, significados e símbolos diante de uma realidade em permanente mudança, ao mesmo tempo em que é extremamente rica em sua diversidade, sobressaindo daí sua relação com a educação e, sobretudo, com o lazer.

Acredita-se, nesse contexto, que o desenvolvimento do lazer de cunho social, com base popular, passa pelo papel das classes dirigentes e do Estado na definição das políticas públicas para o setor. Contudo, o fato é que poucas investigações nesse âmbito procuram considerar a prática do lazer como associada ao comportamento social e de classe; uma vez que, em sua maioria, exploram apenas o seu conteúdo prático. Propor qualidade de vida por meio de ações de lazer significa dar oportunidade à riqueza do relacionamento humano, vivenciando e fortalecendo vínculos, despertando sentimentos de colaboração, de participação e de solidariedade, por meio de ações implementadas pelo Estado ou Município.

3. O turismo como fenômeno social e opção de lazer

O conceito de turismo pode ser estudado sob diversas perspectivas, principalmente do ponto de vista social e econômico, dada a complexidade das relações entre os elementos que o formam. A Organização Mundial do Turismo- OMT (1994, p. 38) define turismo como “[...] as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Essa definição de turismo é ampla e flexível, concretizando as características mais importantes do turismo que são os elementos motivadores, período de tempo, delimitação da atividade desenvolvida antes e durante o período de estada, localização da atividade turística como a atividade realizada fora do local do seu entorno habitual. Os elementos mais

importantes das definições conceituais do turismo são: o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer por parte dos turistas.

O termo turismo surgiu no início do século XIX, tendo como marco, a viagem articulada por Thomas Cook, em 1841. Para Dias (2003, p. 14) a interação turista-residente:

[...] constitui-se num fenômeno social, pois seus agentes têm um ao outro como referência para seus atos. Da mesma forma, podem ser tratadas todas as interações existentes no âmbito do turismo, que de modo geral tomam o comportamento do turista como referência, orientando-se seus atos a partir desse parâmetro.

Nesse aspecto, ao assumir o papel de turista o indivíduo apresenta maneiras de agir, pensar e sentir que o envolve, fazendo-o apresentar um comportamento que em outras circunstâncias não assumiria. Krippendorff (2001) defende a teoria de que o turismo é uma espécie de válvula de escape que permite o relaxamento das tensões, a orientação das vias sociais inofensivas e das esperanças não realizadas.

O ser humano viaja para fugir do seu cotidiano, conhecendo outras pessoas, encontrando calor humano, gerando, assim, a sensação de bem estar. Nessa perspectiva, o turismo permite o encontro de seres humanos, que habitam as regiões mais afastadas, e o conhecimento de línguas, raças, religiões, orientações políticas e posições econômicas muito diferentes. O turismo constitui-se em um dos fatores principais de aproximação entre os povos e de manutenção da paz, tornando-se um fenômeno de massas.

Como atividades de lazer Dumazedier (apud CAMARGO, 1986) classifica as atividades físicas, manuais, artísticas, intelectuais, e sociais, mas Camargo (1986) afirma que deveria ser acrescentada a atividade turística, pois conhecer novos lugares, novos ritmos e estilos de vida, quebra a rotina diária, promovendo a satisfação pessoal e social.

De acordo com Rejowski (2002) a partir da década de 1890 observou-se uma mudança no perfil do turista. Nesse período, vários países discutiam as questões trabalhistas, que resultaram na redução da jornada de trabalho, criação das férias e do descanso semanal (dominical) remunerado. Isso criou uma nova demanda por turismo e pelas atividades de lazer, como consequência da diminuição do tempo de trabalho.

O homem atual dispõe de muito mais tempo livre do que antes, sobretudo quando se toma como parâmetro a carga horária trabalhista praticada na época da Revolução Industrial, que era em média de 16 horas, por dia, contra 8 horas de trabalho, do homem pós-moderno. A despeito desse tempo livre, o homem tem encontrado dificuldades quanto à sua utilização, em

virtude do ritmo acelerado das constantes mudanças vivenciadas, o que faz com que se deva reavaliar o sentido de turismo e lazer nessa época.

A opção pelas viagens para ocupação do tempo lazer é um fator marcante na sociedade pós-moderna. Conhecer novos lugares, novas pessoas, novas culturas e, sobretudo, sair por um determinado tempo da rotina é o início dessa busca por satisfação, relaxamento, divertimento, ou mesmo fuga da realidade, momento que desperta o imaginário e o interesse do ser humano. Krippendorf (2001, p. 13) afirma que:

[...] a sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimento. Hoje uma mobilidade frenética tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais. Aproveita-se de todas as oportunidades para viajar e fugir do cotidiano com a maior frequência possível. Curtas escapadas no decorrer da semana ou no fim de semana, longas viagens nas férias [...] Assim é que, ano após ano, fim de semana após fim de semana, milhões de seres humanos se comprimem em multidões, sem necessidade alguma e sem obrigação aparente, consumindo esse período que lhes é tão precioso.

Enfim, a atividade turística já se consolidou como uma importante opção lazer marcante na sociedade atual seja através da descontração, do entretenimento, do conhecimento, seja não fazendo nada ou apenas contemplando, necessitando de espaços e equipamentos de lazer e turismo para sua concretização.

4 As políticas públicas como forma de contribuição para a democratização do lazer e de desenvolvimento turístico

Entre os direitos e deveres que cabe ao Estado, pode-se citar a elaboração de leis, a administração dos negócios públicos, a aplicação de leis em casos particulares, dentre outros. Segundo Gomes (2004, p. 183), políticas públicas “[...] compreende toda a atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente”.

As políticas quando aplicadas no campo do lazer devem possuir uma essência e um fim educativo na perspectiva humanista e emancipatória, sobretudo, numa sociedade desigual como a sociedade brasileira, em que ainda se subvaloriza o trabalho, as obrigações, a produtividade e o consumo, independente do local em que essa experiência lúdica é vivida. Desse modo, é que as políticas públicas na área do lazer constituem-se em um conjunto de

metas e valores adquiridos por uma sociedade em relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado tempo livre. Andrade (2001, p. 61) afirma que:

Como o lazer é meio subsidiário de geração, conservação e garantia de bem-estar para os cidadãos, o Estado deve se interessar-se por ele, pelo menos no que concerne aos aspectos de educação e cultura, saúde e assistência. Por conseguinte, tem sob sua responsabilidade o ordenamento social que propicie bons encaminhamentos aos recursos das ofertas e à satisfação das demandas.

A análise sobre a questão espacial do lazer, sua problemática em relação a tempo, atitude e espaço dentro da sociedade contemporânea, sua origem, desenvolvimento e consequência desse acontecimento, têm repercussões nas políticas públicas. O lazer deveria ser encarado como um serviço obrigatório para os governos, por ser um direito social e por trazer melhorias na qualidade de vida populacional. Onde o caminho dessa prestação de serviços poderia ser na direção de ações comprometidas com a transformação da sociedade numa construção conjunta entre governo e comunidade, já que o lazer é um direito social adquirido.

As ofertas de lazer por parte dos órgãos públicos devem ser justas, isto é, trabalhar na perspectiva da educação para e pelo lazer, contemplar a todos, dando prioridade às classes mais carentes. As ações governamentais devem seguir na direção da humanização, da solidariedade, da inclusão, da sociabilidade, da cooperação, da emancipação e da participação de todos, entre outros valores. As organizações da comunidade, associações de bairro, igrejas, escolar, centros de tradições, escolas de samba, clubes de futebol, grupos de terceira idade são possibilidades ricas, e, enquanto produtos da cultura popular/local, devem ser apoiados e estimulados pelo poder público, a se organizar e buscar sua autonomia no que diz respeito a decidir o que é melhor para todos, ocupando os espaços urbanos de forma democrática e promovendo a interação entre as pessoas, com momentos lúdicos e até mesmo como forma de expulsar a violência e as condições precárias e de injustiça existentes na comunidade.

Desse modo, o elo da participação comunitária pode ficar forte quando estimulado com ações que possuem um significado, um sentido, que produzem um envolvimento emocional e que sejam do interesse dos participantes. Esse elo forte pode produzir benefícios a todos, proporcionando desenvolvimento pessoal e social. Segundo Mulher e Da Costa (2002), para implantar uma política de lazer com todos os seus conteúdos socioculturais, é necessário um planejamento que contemple, no mínimo, os seguintes itens: recursos humanos, política administrativa institucional, formação de uma análise metodologia de

desenvolvimento sustentável, elaboração de diagnóstico, planejamento, envolvendo planos e programas específicos para o lazer.

A política administrativa institucional pública do lazer no Brasil apresenta-se de maneira confusa, não sendo objeto de apenas uma instância de governo. Mulher e Da Costa (2002) recomendam a delimitação de atuação de cada órgão, a criação de leis que definam suas funções e que melhorem o funcionamento dos órgãos, principalmente na questão dos recursos financeiros e humanos. Para que haja desenvolvimento do lazer local é necessária a definição, pelos gestores públicos, como querem trabalhar, transformando o serviço, estabelecendo novas prioridades, estimulando a participação dos usuários, descentralizando as ações de governo, favorecendo a autonomia e emancipação e a responsabilidade das comunidades para assumirem em co-gestão com os órgãos públicos, o serviço de lazer em todas as suas instâncias.

O processo a ser considerado e estudado é a cultura, incluindo as condições sociais em que se encontra o povo, a saúde, educação, os espaços e equipamentos de lazer, o desemprego, o meio ambiente entre outros. O diagnóstico de necessidades exige o levantamento de indicadores sociais da realidade pesquisada, dados históricos, político-administrativo, demográficos, de perfil psicográfico e de mapeamento de recursos. Após realização do diagnóstico, começa-se o prognóstico, onde o planejamento é algo insubstituível.

Ruschmann (1996, p. 66) afirma que o “[...] planejamento, de forma geral, consiste em um conjunto de atividades que envolvem a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”. O planejamento implica a idéia inicial e continuada de um projeto, sobre como ele ocorrerá e sobre quais os aspectos gerados a partir das iniciativas propostas, em termos de resultados concretos, fruto de uma idéia com base no cenário atual e no ideal que se pretende alcançar, buscando a sustentabilidade dos recursos.

Sabe-se que no setor público as iniciativas dependem de ações que necessitam de articulações entre as três esferas do poder, com barreiras difíceis de serem transpostas. O município depende do Estado e este da União. Nem sempre é observada uma vontade política deliberada dos dirigentes que estão à frente destas instituições. Nesse contexto, as políticas públicas de lazer devem ser constituídas coletivamente a partir dos interesses e necessidades da população, possibilitando o acesso a atividades críticas e prazerosas, que considerem a

identidade e a história dos grupos inseridos em um contexto histórico específico, buscando uma sociedade com identidade cultural arraigada, inter-relacionada, democrática e livre.

Nesse sentido é que Marcellino (1987) acredita ser o momento favorável para mudanças no plano cultural. Onde a ação dos educadores poderia transformar o lazer em elemento de mudança ou de acomodação, em fator de humanização ou simples bem de consumo. A perspectiva de difusão social do lazer passa pela democratização do acesso aos equipamentos e espaços necessários a sua prática. Desse modo, acredita-se que o desenvolvimento do lazer de cunho social, com base popular, passa pelo papel das classes dirigentes e do Estado na definição das políticas públicas para o setor. Diante disso, cabe dizer que poucas investigações procuram considerar a prática do lazer como associada ao comportamento social e de classe. Em sua maioria, exploram apenas o seu conteúdo prático.

As atividades que acontecem no período de tempo conquistado, tempo que o indivíduo tem para se dedicar a si mesmo, depois de atendidas as necessidades da vida, onde estão incluídas as obrigações de trabalho e outras ordens sociais, constituindo-se de estado de permissão e de liberdade, tem o intuito de gerar satisfação pessoal e social.

As principais matérias-primas do turismo é o patrimônio natural e o cultural de uma localidade, devido a isso, torna-se impossível o desenvolvimento do turismo sem a participação direta ou indireta do poder público, podendo abranger várias áreas, pois grande parte dos impactos negativos atribuídos ao turismo deve-se à falta de políticas para prevenir os problemas suscitados. O papel do poder público pode abranger inúmeras atividades relativas ao turismo, segundo Ignarra (2001, p. 126) acredita ser dever do Estado:

[...] planejamento do fomento da atividade turística; controle de qualidade do produto; promoção institucional das destinações; financiamento dos investimentos da iniciativa privada; capacitação de recursos humanos; controle do uso e da conscientização do patrimônio turístico; captação, tratamento e distribuição da informação turística; implantação e manutenção da infra-estrutura urbana básica; prestação de serviços de segurança pública; captação de investimentos privados para o setor; desenvolvimento de campanhas de conscientização turística; apoio ao desenvolvimento de atividades culturais locais, tais como o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, etc.; implantação e manutenção de infra-estrutura turística voltada para a população de baixa renda; implantação e operação de sistemas estatísticos de acompanhamento mercadológico.

As ações citadas pelo autor não esgotam as possibilidades de envolvimento governamental no desenvolvimento da atividade turística. O planejamento racional do turismo implica a existência de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte, proteção ao

consumidor, distribuição de renda, de lazer, de moradia, de meio ambiente, de acesso, entre outras, com objetivos de médio e longo prazo, onde a continuidade das mesmas pode ser o fator de sucesso ao qual se pretende chegar com a realização desses objetivos.

Desse modo, o espaço tem sido inserido como base para o lazer e o turismo, possui um sentido complexo, podendo ser entendido como local que cumpra uma exigência para a sobrevivência de qualquer ser, que seja fundamental para seu bem-estar psicológico e, além disso, cumpra sua necessidade social. Diante disso verifica-se que se faz necessária a existência de mais e mais áreas e sistemas operacionais de circulação, comunicação, energia, serviços e outros, pois o meio urbano passa a ser solicitado por um número crescente de habitantes e turistas. Com esses aspectos não-solucionados, ficam reduzidos gradativamente o espaço urbano e a qualidade de vida de seus habitantes, bem como o lazer e o turismo algo que lhe é inerente, surgindo necessidades voltadas para a contribuição das políticas públicas de lazer desenvolvidas pelas prefeituras municipais. As políticas públicas voltadas para a atividade turísticas devem beneficiar tanto os turistas como a população local, pois as mesmas devem visar à melhora da qualidade de vida da população local ao mesmo tempo promover o desenvolvimento do turismo.

Conclusão:

As políticas públicas municipais de lazer, como foco de estudo, trazem em si a compreensão da possibilidade da melhoria da qualidade de vida populacional e, ao mesmo tempo, da contribuição para o desenvolvimento do turismo local. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para esse fim devem ser fomentadas e implantadas pelas prefeituras municipais visando à ampliação dos seus circuitos de lazer e turismo, propondo ações para que a população possa usufruir do lazer, fator que coloca o indivíduo como ser social, como cidadão no pleno exercício de sua cidadania.

O lazer é um elemento continuado da educação, devendo ser direcionado para a população de modo geral. É importante que se proporcione a todos não apenas, o trabalho, a saúde, a educação e o transporte, mas também, o lazer, por fazer bem a saúde física e mental e promover a educação. Com relação ao turismo, deve-se procurar desenvolver a atividade de forma planejada e articulada com a iniciativa privada, promovendo a visibilidade das iniciativas e a interação da comunidade e ainda, desenvolvendo parcerias com o governo Federal e Estadual.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: Princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- _____. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GAELZER, Lenea. **Ensaio a liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre**. Porto Alegre: Luzzato, 1985.
- GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2 ed., 2001.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo, Aleph, 2001.
- LARIZZATTI, Marcos F. **Lazer e recreação para o turismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MASCARENHAS, F. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia, In: Seminário o lazer em debate, 2., 2001. Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2001.
- MULHER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ROLIN, Liz Cintra. **Educação e Lazer: a aprendizagem permanente**. São Paulo: Ática, 1989.
- RUSCHMANN, Doris Van. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 1996,